

BOLETIM 1439

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2025

Renovação e união marcam a posse da nova diretoria da FETICOM-GO/DF/TO

O auditório do SINTRACOM Goiânia ficou tomado na tarde desta quarta (11) para a posse da nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias dos Estados de Goiás, Tocantins e DF.

Leandro Borges Nunes **(foto)** assumiu a presidência da entidade e, junto com os demais diretores, membros do Conselho Fiscal e representantes confederativos.



Leandro, ao agradecer os presentes, conclamou à união de todos pela reconstrução da FETICOM-GO/DF/TO, convocou os sindicatos a se unirem em torno da Federação, ressaltando que essa unidade será fundamental para defender os interesses dos trabalhadores. .

O presidente da CONTRICOM, Reinaldim Barboza Pereira **(foto)**, presente ao evento, empossou a nova diretoria e falou dos desafios atuais do movimento sindical, destacando a importância de exercer o papel de dirigente sindical na luta por melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores representados. O dirigente também desejou êxito aos trabalhos da nova diretoria e colocou a confederação à disposição para um trabalho integrado.



A nova diretoria empossada

Raimundo Salvador, presidente do STICOMBE Brasília e vice-presidente da FETICOM, saudou os presentes e destacou o trabalho da federação para reforçar os laços com os sindicatos que representa.

José Braz Constantino, até então presidente da entidade, agradeceu ao apoio recebido durante sua gestão, se colocando à disposição da nova direção, agora, na condição de secretário-geral.

O novo presidente da Federação fez uma homenagem ao ex-presidente da federação e dirigente histórico Patrocínio Braz Concentino, a quem entregou uma placa de agradecimento pelos serviços prestados à entidade e ao sindicalismo.

O ato contou com a presença de várias entidades, como a União Geral dos Trabalhadores (UGT), Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Goiás (FETIEG), Federação dos Bancários, além de entidades patronais como o SINDUSCON-GO e o Sindicato do Cimento.

Marcaram presença, ainda, na solenidade e fizeram uso da palavra os representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Superintendência Regional do Trabalho (SRT) e da Ordem dos Advogados de Goiás (OAB-GO).



Pedro (FETIEG), Patrocínio, Leandro, Reinaldim e Salvador



Governo deve enviar projeto sobre fim da escala 6x1 após o Carnaval

O presidente Lula deve encaminhar ao Congresso Nacional, logo após o Carnaval, um novo projeto de lei para acabar com a escala de trabalho 6x1. Segundo o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), a proposta será enviada com urgência constitucional e é tratada como uma das principais prioridades do Palácio do Planalto neste início de ano legislativo.

De acordo com Lindbergh, o Executivo optou por apresentar um texto próprio e não pretende aproveitar projetos que já tramitam no Congresso sobre o tema. A estratégia, afirmou, é inaugurar formalmente o debate a partir de uma iniciativa do governo.

"O governo deve enviar um projeto de lei depois do carnaval. Esse é um debate central e uma prioridade do presidente Lula", disse o parlamentar.

Propostas com urgência constitucional precisam ser apreciadas em até 45 dias em cada Casa do Congresso. Caso o prazo não seja cumprido, a pauta de votações fica travada, o que tende a colocar o tema no centro da agenda política.

A proposta aparece na lista de prioridades do ano tanto do governo quanto do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Para Lindbergh, o fim da escala 6x1 será a próxima grande bandeira do governo após o avanço de medidas voltadas ao aumento da renda das famílias. Segundo ele, o debate passa a ocupar espaço central na discussão política nacional.

"O debate do Imposto de Renda está superado, e a próxima bandeira do governo é o fim da escala 6x1, que, com a urgência constitucional, vira o centro da discussão política no país", completou.

Prioridades 2026: fim da escala 6x1 e trabalho por app são destaques na retomada do trabalho legislativo

O Congresso Nacional retomou oficialmente os trabalhos legislativos de 2026 com a abertura do ano legislativo e a entrega da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. No documento, o Executivo apresenta um balanço das ações recentes e aponta as principais prioridades políticas, econômicas e sociais para o período.

A mensagem reforça a importância do diálogo entre os Poderes e destaca temas estratégicos como crescimento econômico, inovação, sustentabilidade, fortalecimento das políticas públicas e valorização do trabalho com a defesa do fim da escala de trabalho 6x1 e a regulamentação do trabalho por aplicativo, que devem orientar a agenda de debates e votações ao longo do ano.

Câmara - O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), por sua vez, elencou as principais prioridades de votação na Casa. Entre elas estão a MP do Gás para o Povo (MP 1.313/2025), voltada à ampliação do acesso ao gás e à redução de custos para a população; a PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025); as propostas de emenda à Constituição que tratam da redução da jornada de trabalho (PEC 8/2025 e PEC 148/2015); o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia; o marco legal da Inteligência Artificial (PL 2.338/2023); a

Senado - Já o presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), utilizou a abertura do ano legislativo para enfatizar entregas recentes ao país, entre elas a aprovação da reforma tributária e de sua regulamentação, além da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até cinco mil reais.

STF e PGR chancelam pejotização: risco de tornar CLT opcional

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao STF (Supremo Tribunal Federal) parecer com grande impacto sobre o futuro das relações de trabalho no Brasil. Gonet, no parecer, defende que a chamada pejotização — contratação de profissionais como PJ (pessoa jurídica) ou autônomos em vez de empregados pela CLT — é constitucional e que a Justiça Comum deve ser a responsável por decidir sobre esses contratos, reservando à Justiça do Trabalho apenas os casos em que fique comprovada fraude.

“A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme quanto à constitucionalidade de contratação por formas distintas do contrato de emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho”, escreveu o PGR no parecer.

Entidades como o MPT (Ministério Público do Trabalho) e procuradores especialistas em direito laboral denunciam que decisões judiciais e o posicionamento do STF sob a relatoria de Mendes têm se alinhado à narrativa que fragiliza a proteção social consagrada pela CLT.

Para o procurador Cássio Casagrande, por exemplo, “o STF está tornando a CLT opcional para empregadores”, ao chancelar contratações via PJ mesmo em contextos de clara subordinação e direção por parte do contratante.

A ANPT (Associação Nacional dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho) chegou a publicar nota pública em que critica a suspensão de processos na Justiça do Trabalho e afirma que a discussão “nega vigência aos art. 2º, 3º e 9º da CLT”, o que prejudica a proteção constitucional dos trabalhadores.



O MPT também alertou para números alarmantes relacionados às reclamações trabalhistas que buscam reconhecer vínculos empregatícios diante de contratos civis ou comerciais: até março de 2025, mais de 1,2 milhão de ações foram ajuizadas, o que representa fatia significativa do total de novas reclamações.

Riscos sociais e econômicos - Críticos apontam que a consolidação da pejotização e o deslocamento das disputas para a Justiça Comum podem aprofundar a precarização do trabalho no Brasil, retirando garantias como limites de jornada, descanso remunerado e proteção previdenciária.

Um procurador, consultado em entrevista: disse: “Que patrão vai assinar a Carteira de Trabalho?”, alertando que o resultado pode ser cenário em que a CLT se torna opção, não regra.

STF como palco decisivo - O julgamento do ARE 1.532.603 no STF é aguardado com atenção por magistrados, advogados e movimentos sociais. Além da suspensão das ações, ministros como Gilmar Mendes têm promovido audiências públicas para debater os desafios da pejotização, reunindo representantes do Judiciário, Legislativo e especialistas em Direito do Trabalho para dialogar sobre proteção social e liberdade econômica.

A decisão poderá influenciar diretamente milhões de trabalhadores — especialmente aqueles na informalidade ou em relações de trabalho atípicas — e marcar ponto de inflexão sobre como o direito do trabalho será interpretado nas próximas décadas.



Entre a saúde mental, a pejotização e o fim da escala 6x1

As relações de trabalho e emprego no Brasil devem passar por mudanças relevantes em 2026, impulsionadas por novas normas regulatórias, julgamentos no STF e no TST e ainda debates e votações no Congresso.

Entre os principais vetores estão a inclusão da saúde mental nas normas trabalhistas, a definição de teses sobre pejotização e uberização, a discussão sobre o fim da escala 6x1 e a aplicação de nova regra para dissídios coletivos. Este levantamento é do portal Jota.

Saúde mental no centro da fiscalização - A partir de 26 de maio, a NR 1 (Norma Regulamentadora 1) passa a incluir riscos psicossociais, como assédio moral, metas abusivas e sobrecarga de trabalho. Empresas deverão prevenir e gerenciar esses fatores.

A NR 1 estabelece as diretrizes gerais, obrigações e o campo de aplicação das normas de SST (Segurança e Saúde no Trabalho) no Brasil, gerenciadas pelo Ministério do Trabalho.

Trata-se de a base para a gestão de riscos, introduzindo o GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) e o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).

Advogados ouvidos pelo Jota alertam para aumento de fiscalizações, maior atuação do MPT (Ministério Público do Trabalho) e potencial crescimento da litigiosidade, especialmente em grandes empresas e setores com histórico de afastamentos por adoecimento mental.

Pejotização sob definição do STF - O STF analisa casos que podem uniformizar o entendimento sobre contratos PJ. Processos estão

suspensos por decisão do relator, ministro Gilmar Mendes.

Especialistas apontam que a tese genérica pode manter disputas na Justiça do Trabalho, sobretudo em situações de possível fraude, como subordinação, personalidade e habitualidade.

O impacto fiscal e previdenciário da pejotização também entra no debate.

Uberização: vínculo ou nova forma de trabalho - O julgamento no STF foi iniciado, mas está suspenso. A tendência, segundo advogados, é não reconhecer vínculo empregatício, mas criar regras específicas, especialmente sobre Previdência e proteção contra acidentes.

Parte da comunidade jurídica defende regulamentação legislativa; outra sustenta que o trabalho em plataformas pode ser enquadrado no modelo jurídico já existente.

Fim da escala 6x1 e jornada de trabalho - O Congresso avançou no debate em 2025. O modelo com maior chance de aprovação, segundo apuração do Jota, é a jornada 5x2 (40 horas semanais), e não o 4x3 defendido por movimentos sociais.

O tema enfrenta resistências políticas e é impactado pelo debate sobre produtividade no Brasil.

Dissídios coletivos e nova tese do TST - O TST definiu que a recusa arbitrária em negociar permite a instauração de dissídio coletivo, mesmo sem acordo entre sindicatos.

Dissídio coletivo é processo judicial trabalhista para resolver conflitos entre categorias profissionais e econômicas e sindicatos quando não há acordo direto, que envolve reajustes salariais, novas condições de trabalho ou greves, com a Justiça do Trabalho atuando como último recurso para definir normas que abrangem toda a categoria, funcionando assim como negociação ampliada e judicializada.



Especialistas avaliam que a tese pode pressionar negociações, mas não deve gerar judicialização em massa, por ser aplicada apenas a casos claros de má-fé, como ausência reiterada ou abandono injustificado das tratativas.

Resumo da ópera - 2026 tende a ser ano decisivo para o Direito do Trabalho no Brasil, com mudanças estruturais que envolvem saúde mental, novas formas de contratação, reorganização da jornada de trabalho e redefinição do papel da Justiça nas negociações coletivas.

O cenário combina maior regulação, insegurança jurídica transitória e disputas centrais sobre o futuro do modelo de proteção social do trabalho.

Como se trata de ano eleitoral, os prazos no Congresso se comprimem e se tornam mais restritos. Assim, a atividade legislativa tende a ser intensa nos primeiros 6 meses do ano. E após o recesso de julho, entra em compasso de espera, com apenas 2 esforços concentrados entre agosto e setembro, orientados à votação de proposições de baixo potencial de conflito.

Fonte: Diap

TRT-2 invalida norma coletiva por omissão em pauta de assembleia

A validade de cláusulas inseridas em norma coletiva depende da aprovação em assembleia geral especificamente convocada para esse fim. A ausência do tema na pauta do edital de convocação viola o artigo 612 da CLT, tornando a deliberação inválida e a cobrança inexistente.

Com base neste entendimento, a 7ª Turma do TRT da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve uma decisão que desobrigou uma empresa de despachos aduaneiros de cumprir uma cláusula de convenção coletiva, firmada por um sindicato de empregados do comércio exterior, por causa de vícios em sua aprovação.

O caso envolve a validade de uma norma coletiva que instituiu o “Programa de Promoção da Saúde Mental e do Bem-Estar”, obrigando as empresas do setor a recolherem valores mensais por empregado ao sindicato. A empresa ajuizou ação para não ser submetida à cobrança, apontando irregularidades no processo de negociação.

Nos embargos, o sindicato alegou omissões na decisão e defendeu que a invalidação da cláusula exigiria a formação de litisconsórcio passivo necessário com os demais sindicatos signatários. Pediu, subsidiariamente, a manutenção da cláusula apenas para trabalhadores sindicalizados.

Violação à CLT - Ao analisar o recurso, o relator, desembargador Celso Peel, rejeitou a tese do sindicato e se concentrou na irregularidade formal da convocação. O acórdão destacou que o artigo 612 da CLT exige que os sindicatos celebrem convenções mediante deliberação de assembleia “especialmente convocada para esse fim”. A análise documental provou que o edital não listava a criação da contribuição.

Fonte: Consultor Jurídico



Indústria fecha 2025 com alta de 0,6%, pressionada pelos juros altos

A pressão causada pelos juros altos fez a indústria brasileira perder ritmo nos últimos meses do ano e fechar 2025 com crescimento de 0,6%. Apesar da desaceleração na reta final do ano, o resultado marca o terceiro ano seguido de expansão da produção industrial brasileira. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2024, o avanço foi de 3,1%; e em 2023, de 0,1%. A perda de ritmo em 2025 é fácil de ser percebida quando são comparados dados do primeiro e do segundo semestres.

Até junho, a produção indústria acumulou crescimento de 1,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já nos últimos seis meses do ano, a variação foi nula (0%) nesse mesmo tipo de comparação. Especificamente de setembro até dezembro, o resultado foi recuo de 1,9%.

O IBGE apurou que em dezembro a produção das indústrias do país caiu 1,2%, o pior resultado desde julho de 2024 (-1,5%). Dos últimos quatro meses do ano, três foram queda e um (outubro) teve variação nula.

O desempenho de 2025 coloca a indústria em um patamar 0,6% acima do período pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 16,3% abaixo do ponto mais alto já alcançado, em maio de 2011.

Setores - No ano passado, a indústria apresentou crescimento em duas das quatro grandes categorias econômicas:

- bens de consumo duráveis: 2,5%

- bens intermediários (componentes ou produtos transformados usados para fabricar outros bens): 1,5%

- bens de consumo semi e não duráveis: -1,7%

- bens de capital (máquinas e equipamentos): -1,5%

Das 25 atividades pesquisadas pelo IBGE, 15 apresentaram avanço, com destaque para indústrias extrativas (4,9%) e produtos alimentícios (1,5%). Em 2025, foi registrada alta na produção em 49,6% dos 789 produtos pesquisados pelo IBGE.

CNI aponta juros como responsáveis por desaceleração da indústria

O alto nível da Taxa Selic - juros básicos da economia - foi o principal responsável pela estagnação da indústria no fim de 2025, avaliou a Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao comentar a Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a entidade, o ciclo de juros altos, atualmente em 15% ao ano, encareceu o crédito e drenou o apetite dos consumidores. O cenário foi agravado por uma demanda interna insuficiente e pelo avanço das importações, que capturaram parte significativa do mercado brasileiro, sustenta a CNI.

O diretor de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles, avalia como “enorme” o prejuízo causado pelos juros.

“O patamar punitivo da taxa Selic encareceu o crédito ao setor produtivo, que seguiu investimentos, e reduziu o apetite dos consumidores por produtos industriais. O prejuízo causado pelos juros altos é enorme. Em 2024, com a Selic menor, a demanda doméstica por bens da indústria de transformação cresceu quatro vezes mais do que a demanda registrada até novembro de 2025”, ressaltou Telles, em nota.



Sindicalistas se reúnem em São Paulo para reafirmar apoio à reeleição de Lula

Sindicalistas e movimentos sociais se reuniram em São Paulo para ratificar o apoio à reeleição do presidente Lula no pleito deste ano. O encontro foi no bairro da Liberdade e integra a agenda de mobilização do campo progressista em defesa da continuidade do atual governo.

Além da manifestação de apoio ao presidente, dirigentes sindicais pretendem dialogar com suas bases sobre a necessidade de mudanças na composição do Congresso Nacional. Entre os temas destacados estão os entraves enfrentados por pautas históricas do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, que seguem encontrando forte resistência no Legislativo.

Posição das centrais - Presidente da Força Sindical, Miguel Torres afirmou ao jornal Folha de São Paulo, que a correlação de forças no Congresso tem dificultado avanços em direitos trabalhistas. “É sempre um sufoco quando tem

pautas ligadas aos trabalhadores no Congresso. Se nada for feito hoje, vai ficar ainda pior”, declarou.

Já o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, ressaltou que o encontro expressa a unidade das centrais sindicais em torno da reeleição do atual governo.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, destacou que o processo eleitoral de 2026 será decisivo para o futuro dos direitos trabalhistas no país. Segundo ele, a classe trabalhadora terá uma tarefa central na disputa política que se avizinha.

O encontro reforçou a aposta das entidades sindicais na organização política da classe trabalhadora, vinculando a disputa eleitoral à defesa de direitos sociais, trabalhistas e democráticos.

Fonte: Rádio Peão Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO